

ENTREVISTA¹ ALEJANDRO MEDICI²

RCJ: Estamos com o professor Alejandro Medici, da *Universidad Nacional de La Plata* (Argentina), e gostaríamos de saber, primeiramente, sobre o tema do VII Congresso Internacional da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano: é possível fazer uma revolução a partir do Sul?

Alejandro Medici: Claro! Sim, é um Congresso muito importante, com o tema que convoca os direitos da natureza. Eu acredito que o eixo transformador do Congresso é a tomada de consciência que traz as lutas dos movimentos sociais, movimentos tanto camponeses, como dos povos originários, como também urbanos, e que têm a ver com o fato de que já não se pode separar o homem da natureza, já não se pode separar o social do natural. E é esse contexto, que é um contexto, infelizmente, não de harmonia, mas de mal-estar, de conflito social, de consciência do racismo ambiental, da injustiça ecológica que sofrem distintos grupos sociais subalternos em nossa região, que corresponde à uma matriz de colonialidade de poder que é comum estruturalmente aos nossos Estados latino-americanos pós-coloniais do capitalismo, que ocuparam uma posição periférica no sistema-mundo moderno colonial. Então, eu acho que temos que pensar esse eixo, que é possível porque nós estamos vindo na retaguarda de uma série de lutas e movimentos sociais populares que estão sendo organizados faz tempo para nos fazer ver que não podemos separar o social do natural.

RCJ: E como estão tais temas na Argentina?

Alejandro Medici: Na Argentina está muito ruim. Nós na Argentina tivemos duas etapas: uma etapa marcada pelos 12 anos anteriores, na qual existiu um governo que tinha um discurso nacional-desenvolvimentista, digamos, com uma gestão do capitalismo que pretendia ter algum elemento social, sobretudo para os grupos populares urbanos das grandes cidades,

¹ Entrevista realizada por Walter Gustavo Lemos (doutorando pelo PPGD/UNESA) no dia 29/11/2017, na cidade de Fortaleza, quando da realização do VII Congresso Internacional da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano. Transcrição e tradução para o português por Cecília Pires Bojarski, Jônatas Henriques Barreira e Larissa de Paula Couto, mestrandos pelo PPGDC-UFF. Revisão por Anna Cecília Faro Bonan (mestra pelo PPGDC-UFF) e Enzo Bello (editor-chefe da Revista *Culturas Jurídicas*).

² Alejandro Medici é Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e do Mestrado em Ciência Política da *Universidad Nacional de La Plata* (Argentina); Professor do Mestrado em Direitos Humanos da *Universidad Autónoma de San Luis de Potosí* (México); Doutor em Direitos Humanos pela *Universidad Pablo de Olavide*, Sevilha (Espanha; Autor de artigos e livros no campo da teoria crítica constitucional, notadamente os seguintes: **Otros Nomos:** teoría del nuevo constitucionalismo latino-americano. Universidad Autónoma de San Luis de Potosí, 2016; **La constitución horizontal:** teoría constitucional y giro decolonial. Universidad Autónoma de San Luis de Potosí, 2012; **El malestar en la cultura jurídica.** Ensayos críticos sobre políticas del derecho y derechos humanos. La Plata: Editorial de la Universidad Nacional de La Plata (EDULP), 2011.

até certo ponto, mas que se apoiou para a distribuição social em uma política exportadora baseada principalmente nas *commodities*. Esse dinheiro redistribuído foi a partir do agronegócio, da exploração massiva da área que se pode cultivar na Argentina com soja transgênica, de pouca indústria que colocasse valor agregado a esse tipo de produção; isso criou uma séria de tensões: o deslocamento forçado dos camponeses, a perda de diversidade da agricultura e dos seus cultivos, a desertificação, a erosão, a perda dos nutrientes naturais do solo, o uso de pacotes das grandes empresas transnacionais agrobiotecnológicas, com pesticidas e outros produtos que estão causando câncer, nascimentos com malformações, enfermidades respiratórias endêmicas nas áreas que sofrem esse tipo de cultivo de agronegócio, sem contar, digamos, os custos em termos de água, por exemplo, que nos leva à questão do uso da água e da poluição das fontes de água. Então, isso foi, digamos, um modelo que ante o mercado interno tinha um discurso progressista e redistribucionista e que para fora, no entanto, se baseava em uma forte dependência, já não uma dependência nos termos clássicos dos anos 60 e 70, senão analisando os fluxos de energia e materiais no metabolismo social com a natureza. A mineração a céu aberto, com uso de substâncias tóxicas para separar os metais valiosos do resto dos minerais, o que requer uma grande demanda de energia, uma grande demanda de água, com grandes riscos de poluição ambiental por derramamentos, acidentes ambientais, que se praticam nas zonas de cordilheiras ou pré-cordilheiras, onde nascem as fontes de água que alimentam as populações campesinas, urbanas e rurais, é também uma fonte de perda da água e de grande quantidade de energia que é necessária para a vida cotidiana das populações. E a utilização da técnica da fratura hidráulica, o *fracking*, para extrair hidrocarbonetos, especialmente na zona patagônica, também entra diretamente em litígio com zonas reclamadas como territórios ancestrais por povos originários e tem também grandes riscos de poluição das fontes de água.

RCJ – E o cenário acadêmico? Também tem este discurso?

Alejandro Medici – No campo do Direito quase não existe este discurso. Isto está mudando a partir da formação da Associação dos Advogados Ambientalistas, presidida por Enrique Viale, que tem feito um grande esforço para vincular o Direito Ambiental argentino, que está muito atrasado, com os desenvolvimentos no marco das Ciências Sociais. Nas Ciências Sociais, sim, a discussão sobre o mal-estar do desenvolvimento é uma discussão que está presente na Argentina, sobretudo, através dos trabalhos de Maristella Svampa, que está vinculada também com uma rede de estudos sobre este mal-estar em uma cultura, da qual

participam companheiros e companheiras do Equador, da Bolívia, do Uruguai, e que desenvolvem um marco de Ecologia Política. Também foi muito importante a influência de alguém que se foi há pouco tempo, o professor Alimonda (Hector Alimonda), que estava na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Alimonda era um professor argentino, que morreu no Rio de Janeiro, porque trabalhava aqui no Brasil, e que desempenhou um papel muito importante ao desenvolver um marco de Ecologia Política crítica latino-americana, bem como armou redes neste sentido. Há um desenvolvimento da economia ecológica crítica também através do trabalho de Walter Pengue, e isto está começando a chegar agora ao campo da formação, ou da possibilidade de formação, de um campo do Direito Ecológico Crítico. Mas tudo isto ocorreu muito em contracorrente, já que neste sentido a Constituição e a legislação da Argentina estão muito atrasadas comparadas aos avanços que podemos ver nos casos do Equador e da Bolívia nestes aspectos.

RCJ - Então, ainda falta muito para que a Argentina possa sair de um Direito Ambiental para um Direito do Bem-Viver?

Alejandro Medici – Sim, na Argentina teríamos muito o que trabalhar. Creio, no entanto, que não se deve focar a questão unicamente na normatividade textual. Há que se observar as experiências. Minha intervenção é justamente nesse sentido, porque nestes dias o povo Mapuche vem sofrendo um ataque muito grande nas suas comunidades, e como estava numa mesa em que o foco não era propriamente de teoria crítica constitucional, o que busquei fazer foi visibilizar e aprender com esse tipo de experiências. A Argentina tem mais de vinte e cinco povos originários. Alguns destes estão em perigo de extinção e muitos foram aculturados. Uma porcentagem muito grande das populações originárias vive nas periferias das grandes cidades e está em um processo de aculturação e de perda da sua língua, mas também há muitas regiões onde os povos originários seguem mantendo uma prática comunitária de relação entre as pessoas e de relação com a natureza. Então o que para os Quechua e os Aymaras é o *Sumak Kawsay* ou o *Suma Qamaña*, para os Mapuches, e pelo qual estão lutando e resistindo, sua vinculação com a terra, com seus ancestrais e com a natureza, é o *Küme Mongen*, e o mesmo podemos dizer dos Mbya Guaraní de Misiones, que na realidade formavam o mesmo povo que os Guaraní do Sul do Brasil e do Paraguai. Quer dizer, são práticas que existem e fazem parte do que podemos chamar de uma constituição real, a pluralidade de formas do metabolismo social com a natureza. Então, à medida em que a Argentina, assim como todos os países da América Latina, é um país pós-colonial que se

assenta sobre uma pluralidade de culturas que vêm sendo subalternizadas, sempre existe, a partir do momento em que se toma consciência e que se tem organização e mobilização, a possibilidade que isto vá transformando as relações de forças que se dão no interior do Estado pós-colonial. O Estado é a condensação de uma relação de forças entre classes, frações de classes, grupos, culturas, regiões e isto também se aplica à sua característica de ser um Estado pós-colonial e que pratica colonialismo interno com os grupos subalternizados.

RCJ: A última pergunta, que está relacionada com o tema central deste Congresso, isto é, o debate acerca do constitucionalismo e da democracia na América Latina, é como se dá hoje, na Argentina, a questão da vida democrática das classes minoritárias: os indígenas, as comunidades negras, os despojados, os explorados e todos os demais?

Alejandro Medici: Claro, eu creio que aqui existem dois níveis que, em algum momento, têm que convergir. Sem cair em uma idealização, em um otimismo extremo, também há que se pensar que o que nós chamamos de democracia, desde nossa cultura ocidental, não é exclusivamente ocidental. Muitíssimos povos originários da América Latina têm como principal autoridade o âmbito da decisão comunitária, onde se tomam as decisões por um consenso, que é por demais exigente, que pode até ser consenso unânime. As assembleias dos Mapuches elegem o *lonco*, e também o seu porta-voz, mas tomam decisões comunitárias, nas quais não se distinguem o que tem a ver com a satisfação das necessidades através da agricultura, da pecuária ou da transumância, segundo as estações, da política, do que nós chamamos de política, mas que são em realidade decisões fundamentais que surgem de um consenso exigente para esta comunidade. Esta democracia é direta, é por um consenso exigente, é comunitária, e é um consenso talvez muito mais exigente que o que tem nossa democracia representativa, ou mesmo que o que possui a democracia representativa ocidental. E isto se passa nas comunidades Guaranis, se passa em dezenas de comunidades de povos originários que seguem existindo e seguem habitando o território, do que nós hoje chamamos de Argentina. E, por outro lado, temos o nível da democracia entendida constitucionalmente a partir da eleição dos partidos políticos, da representação política e aqui temos, sim, um problema. O problema que temos é que cada vez mais os custos das campanhas eleitorais, a incidência dos grandes meios de comunicação hegemônicos, dos grandes grupos multimidiáticos hegemônicos, a convergência entre poder político e poder econômico empresarial fazem com que a ideia de que a democracia como uma forma de governo do comum esteja cada vez mais pervertida. Nós temos um governo onde o pertencimento de

classe não necessita nenhuma argumentação estrutural, senão que simplesmente possuímos uma “CEOcracia”. Os principais gerentes dos grupos econômicos, que têm a ver com o agronegócio, com os grandes grupos multimidiáticos, com as grandes cadeias comerciais e com as empresas transnacionais, estão nos pontos-chaves do Estado e têm sido legitimados eleitoralmente. Possuem uma blindagem midiática, com a qual há uma concentração de poder político, econômico e multimidiático na Argentina que não tem nenhum tipo de comparação. Muitas vezes se fala do hiperpresidencialismo, o hiperpresidencialismo é o neoliberal, é quando se junta o poder político formal da presidência da nação com o poder político legislativo que incide no poder político judicial e que, ademais, soma, fundamentalmente, o poder econômico e o poder multimidiático. Então parece-me que se assemelha a uma situação análoga à do Brasil, que tem algo de pior e algo de melhor. Algo de pior, porque este governo não surge de nenhum golpe de Estado, mas está legitimado eleitoralmente. Algo de melhor, porque ainda tem que guardar a forma da legitimidade eleitoral democrática, coisa que aqui no Brasil esperamos que siga acontecendo, mas não podemos colocar a mão no fogo, é verdade. Por isso, eu creio que são dois casos muito análogos do que é essa investida do capitalismo neoliberal. E, então, agora, o extrativismo continua se aprofundando, e nem sequer há o discurso de redistribuição social, que tinha o caso do paradigma extrativista com desenvolvimento nacional e redistribuição. Assim está esta situação. Logo, temos que ver como estes dois níveis da democracia, o nível macro e o nível das micro experiências comunitárias dos movimentos sociais são níveis que não só são muito distantes e muito distintos, como estão enfrentados. E como articular, *desde abajo*, uma contra-hegemonia que tenha a ver com a possibilidade dos movimentos sociais se constituírem como atores políticos dos setores populares subalternizados? Este é o desafio.

RCJ: Muito obrigado.

Alejandro Medici: Eu que agradeço a vocês.